



PARECER Nº 028/2025

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Projeto de Lei nº 063/2025 Autoria: Poder Executivo

Assunto: Altera a Lei nº 2.339/2011 que autoriza o Poder Executivo a subvencionar a FUNDAÇÃO NACIONAL DO PAU-BRASIL – FUNBRASIL e dá outras providências.

I – Exposição da matéria em exame:

Trata-se do Projeto de Lei Nº 029/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal de São Lourenço da Mata, que propõe a alteração do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.339/2011. A proposição visa atualizar os termos da autorização legal para o repasse de subvenção à Fundação Nacional do Pau-Brasil (FUNBRASIL), inscrita no CNPJ nº 24.162.018/0001-58.

De acordo com a Mensagem Nº 029/2025, anexa ao Projeto de Lei, a medida tem como objetivo ajustar o valor do apoio financeiro mensal concedido à FUNBRASIL para dois salários mínimos mensais, visando assegurar maior previsibilidade e sustentabilidade na execução das atividades culturais e educativas que a instituição desempenha no Município. O Poder Executivo justifica a alteração como um compromisso com a continuidade das parcerias que valorizam o desenvolvimento social e cultural local, dentro dos parâmetros da legalidade e da responsabilidade fiscal.

A Lei nº 2.339/2011, em seu artigo 1º, atualmente autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Gestão e Tecnologia (SMFPGT), a subvencionar a FUNBRASIL. O Projeto de Lei em análise busca, portanto, modificar o texto deste artigo para especificar o novo valor da subvenção, impactando diretamente o orçamento municipal.



II – Conclusões do Relator

A matéria em exame, Projeto de Lei Nº 029/2025, ao propor a alteração do valor da subvenção mensal concedida à FUNBRASIL para dois salários mínimos, demanda uma análise rigorosa quanto à sua conveniência e oportunidade, sob o aspecto orçamentário e financeiro.

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 12, define subvenções sociais como transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de caráter assistencial, cultural ou educacional. A natureza da FUNBRASIL se enquadra nos termos da lei, sendo fundamental verificar a regularidade fiscal e a correta prestação de contas da entidade, assegurando a transparência na aplicação dos recursos públicos.

A conveniência da aprovação reside no reconhecimento das atividades culturais e educacionais desenvolvidas pela FUNBRASIL no Município, conforme mencionado na mensagem do Poder Executivo. O apoio financeiro, ainda que em um valor modesto de dois salários mínimos mensais, pode contribuir para a continuidade e o fortalecimento de projetos que beneficiam a comunidade local. A previsibilidade do repasse, ao invés de um valor fixo anterior, confere maior segurança à gestão da entidade.

A oportunidade da aprovação, por sua vez, deve ser avaliada considerando a capacidade financeira do Município e a dotação orçamentária existente para tal finalidade. É imprescindível que a alteração do valor da subvenção esteja em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e que o impacto orçamentário esteja devidamente previsto e suportado pelas receitas municipais. A manutenção do apoio financeiro, desde que não comprometa outras áreas essenciais da administração pública, é oportuna para a continuidade das ações sociais e culturais.

Recomenda-se que o Poder Executivo demonstre a compatibilidade da despesa com as metas de resultados fiscais e a adequação orçamentária, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especialmente em seus artigos 16 e 17, que tratam da criação ou expansão de despesa obrigatória de caráter continuado. Embora a presente alteração não crie uma nova despesa, a modificação do valor implica em um acréscimo no montante total subvencionado. A análise da conveniência e oportunidade se mostra favorável à aprovação, desde que confirmada a



disponibilidade orçamentária e financeira e a regularidade da entidade beneficiária.

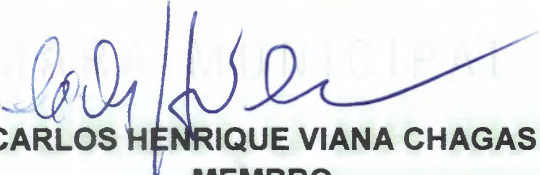
III – Decisão da Comissão:

A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle, após análise do projeto e do parecer do Relator, **OPINA FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 063/2025.

Sala das Comissões, 17 de junho 2025.


ALCIDES FRANCISCO DO NASCIMENTO
RELATOR


AÍLTON SERAFIM DE VASCONCELOS
MEMBRO


CARLOS HENRIQUE VIANA CHAGAS
MEMBRO